

A Influência e as Mudanças nos Movimentos Sociais de Moradia em São Paulo, Brasil, na Formulação de Políticas Públicas: dos anos de 1980 à atualidade

The Influence and changes in Social Housing Movements in Sao Paulo, Brazil, on Formulation of Public Policy: from the 1980s to the present

La influencia y los cambios de los movimientos de vivienda social en So Paulo (Brasil) en la formulación de políticas públicas: desde la década de 1980 hasta la actualidad

Maria da Glória Gohn*

Universidade Estadual de Campinas. Campinas, Brasil

mgohn@uol.com.br

ORCID: 0000-0001-5791-6114

Citar como: Gohn, M. G. (2026). A Influência e as Mudanças nos Movimentos Sociais de Moradia em São Paulo, Brasil, na Formulação de Políticas Públicas: dos anos de 1980 à atualidade. *Desde el Sur*, 18(4), e0080.

RESUMO

O artigo objetiva investigar movimentos pela moradia popular em São Paulo desde a década de 1980 até a atualidade. Ele aborda: atores envolvidos, mediadores, repertórios, estruturas, táticas de mobilização, e os impactos, efeitos e conquistas nas políticas públicas. A metodologia utilizada foi a construção de uma linha do tempo das ações com suas conquistas, desafios, impactos, resultados e perdas, inseridas nos contextos históricos correspondentes. As fontes de dados advêm de arquivos de movimentos (CMP-Central dos Movimentos Populares, e MNLM-Movimento Nacional de Luta pela Moradia), noticiário da mídia (Folha de São Paulo), registros de secretarias de governos e publicações da área do associativismo. Os resultados demonstram que o movimento cresceu e diversificou-se em frentes. Conclui-se que houve conquistas porque inúmeras políticas públicas foram formuladas pelo poder público como respostas às demandas, tais como o Estatuto da Cidade, o Fundo Nacional de Moradia Popular e o

* Autora correspondente: Maria da Glória Gohn, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, Brasil. Correo: mgohn@uol.com.br

Conselho Nacional de Moradia Popular.

PALAVRAS-CHAVE

Movimento social, moradia popular, políticas públicas, transformações e mudanças

ABSTRACT

The article aims to investigate movements for popular housing in São Paulo from the 1980s to the present. It addresses actors involved, mediators, repertoires, structures, mobilization tactics; and the impacts, effects and achievements in public policies. The methodology used was the construction of a timeline of actions with their achievements, challenges, impacts, results and losses, inserted in the corresponding historical contexts. The data sources come from movement files (CMP-Central of Popular Movements, and MNLM (National Movement for the Fight for Housing), media news (Folha de São Paulo), records of government secretariats and publications in the area of associativism. The results show that the movement has grown and diversified into fronts. It is concluded that there were achievements because numerous public policies were formulated by the government, as responses to demands, such as: the City Statute, the National Fund for Popular Housing and the National Council for Popular Housing.

KEYWORDS

Social movement, popular housing, public policies, transformations and changes

RESUMEN

El artículo pretende investigar los movimientos a favor de la vivienda popular en São Paulo desde los años 80 hasta la actualidad. Aborda los actores implicados, mediadores, repertorios, estructuras, tácticas de movilización, así como los impactos, efectos y logros en las políticas públicas. La metodología utilizada fue la construcción de una línea temporal de acciones con sus logros, desafíos, impactos, resultados y pérdidas, insertados en los correspondientes contextos históricos. Las fuentes de datos provienen de archivos de movimiento (Central de Movimientos Populares [CMP] y Movimiento Nacional para la Lucha por la Vivienda [MNLM]), noticias de medios (*Folha*

de São Paulo), registros de secretarías gubernamentales y publicaciones en el área del asociativismo. Los resultados muestran que el movimiento ha crecido y se ha diversificado en frentes. Se concluye que hubo logros, pues el gobierno formuló numerosas políticas públicas en respuesta a diversas demandas, como el Estatuto de la Ciudad, el Fondo Nacional de Vivienda Popular y el Consejo Nacional de Vivienda Popular.

PALABRAS CLAVE

Movimiento social, vivienda popular, políticas públicas, transformaciones y cambios.

Introdução

O artigo aborda questões da participação social em áreas de habitação e moradia a partir de movimentos sociais e outras ações coletivas que têm ressignificado espaços urbanos, destacando a luta pela moradia em São Paulo a partir dos atores envolvidos, mediadores, repertórios, estruturas, táticas de mobilização e seus impactos, efeitos e conquistas das lutas nas políticas públicas, no contexto local, regional e nacional. A pesquisa investiga como se configuravam as mobilizações na década de 1980 e como se configuram na atualidade. Ao situar esse percurso, parte-se do entendimento de que a moradia é uma questão social atravessada por disputas por direitos e pelo acesso democrático a bens e equipamentos coletivos. Envolve majoritariamente segmentos pobres, como moradores em situação de rua, moradores de favelas e participantes de ocupações, inclusive em áreas centrais, mas também segmentos das camadas médias. Ao longo das últimas quatro décadas, o movimento ampliou-se, diversificou-se em frentes, e a participação das mulheres tem sido grande. No mesmo período, inúmeras políticas públicas foram formuladas e implementadas pelo poder público, configurando um terreno de tensão e confronto que envolve a população mobilizada, gestores públicos e diferentes agentes vinculados ao mercado imobiliário.

Diante desse quadro, a análise se apoia em uma estratégia metodológica de triangulação de fontes, combinando dados de arquivos de movimentos (a exemplo da CMP - Central dos Movimentos Populares e MNLM - Movimento Nacional de Luta pela Moradia), noticiário da mídia (especialmente a Folha de São Paulo), registros de secretarias de governos e publicações da área do associativismo no Brasil, com destaque para a moradia (Tese de Livre Docência da autora, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, publicada parcialmente no livro *Movimentos Sociais e Lutas pela Moradia*, Gohn, 1991). A partir desse

material, constrói-se uma linha do tempo das ações coletivas, com suas conquistas, desafios, impactos, resultados e perdas, inseridas nos contextos históricos correspondentes. Esta linha possibilita observar mudanças e transformações nas cidades sob a ótica das lutas sociais nos espaços urbanos e de seus efeitos sobre as políticas públicas nas últimas décadas, tais como a conquista do Estatuto das Cidades.

O artigo compõe-se de três partes, além desta introdução. A primeira contextualiza o objeto de estudo e faz o enquadramento teórico de algumas categorias e conceitos utilizados. A segunda parte apresenta a linha do tempo, subdividida por décadas e iniciada nos anos 1980, situando o contexto mais amplo das lutas sociais no Brasil e, em particular, das lutas pela moradia. A terceira, por sua vez, destaca, no período em tela, mudanças e transformações nas cidades, com ênfase em temas, problemas públicos, dinâmicas de confrontos e repertórios mobilizados pelos atores coletivos.

Antecedentes relevantes e categorias suportes para análise

Iniciamos nomeando algumas categorias básicas utilizadas na linha do tempo e suas filiações teóricas, entre as quais se destacam: espoliação urbana, espaço urbano, território, ações coletivas, movimentos sociais, redes de atores e direito à cidade e direito à liberdade de expressão. Outras categorias surgem posteriormente, conforme mudanças na conjuntura político-social do país, tais como esfera pública, poder local, ativismo institucional, dentre outras. A relação entre as lutas sociais, história das ideias e a produção do conhecimento acadêmico caminham juntas.

Sabe-se que o Brasil teve um processo de industrialização tardia dividido em fases. Interessa-nos aqui a fase iniciada em 1956, marcada pelo ingresso de empresas multinacionais no país, com destaque para as montadoras de automóveis, no governo de Juscelino Kubitschek. Ao longo da década de 1960, ocorre a implantação de políticas desenvolvimentistas e o crescimento de um parque industrial na região sudeste. Isso produziu grandes fluxos migratórios do rural para o urbano, especialmente na região de São Paulo, gerando o debate sobre as teorias da «marginalidade urbana», analisado por Lúcio Kowarick (1980) como espoliação urbana.

No centro do processo de espoliação estava a população pobre, os moradores em favelas, cortiços, casas com aluguéis exorbitantes etc. As condições estruturais para ações coletivas sobre o tema da habitação estavam dadas (habitação vista em seu conjunto, como água, luz, acesso a transportes, saneamento básico etc.). O Direito à Cidade, nos termos de H. Lefebvre (1968), inexistia. Para Lefebvre (1991), o espaço é resultado de práticas sociais cotidianas, refletindo relações de poder, economia e

cultura. Sua abordagem enfatiza a produção social do espaço, reconhecendo-o como um produto da sociedade. Milton Santos (1996) segue a mesma linha, onde o espaço é uma construção social, influenciada por processos globais e locais. Mas é importante diferenciar as categorias — espaço e território —, porque não são a mesma coisa. Território é a apropriação do espaço por grupos de indivíduos que desenvolvem relações sociais e buscam consolidar ou retomar seus projetos de desenvolvimento ou projetos de vida, projetos políticos e culturais, econômicos etc. (Fernandes, 2012).

Segundo Galvão (2011), o espaço urbano se manifesta de forma fragmentada e articulada, resultado da ação de inúmeros agentes produtores, entre eles o Estado, o capital e os movimentos sociais urbanos. Portanto, espaço e territórios urbanos não são dados pela natureza; eles são criados e, ao mesmo tempo, se recriam continuamente. Quais são os espaços que criam movimentos? São principalmente os espaços de desigualdade e de exclusão socioeconômica. Esses espaços deram origem a movimentos críticos às políticas urbanas desenvolvidas. Assim, chegamos aos sujeitos das ações que este artigo focaliza nas lutas pela moradia: os movimentos sociais.

Com referenciais baseados em pesquisas próprias e em M. Castells (1972, 1973, 1974), A. Touraine (1973, 1984), Melucci (1980, 1996), Tilly (1995, 1999), Tarrow (1994) e Diani (1992), elaborei a concepção de movimentos sociais que tenho utilizada como: «Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil» (Gohn, 1997, p. 251). Ao longo de 50 anos de pesquisas e análises sobre os movimentos sociais, fiz sínteses e complementações neste conceito, e o essencial resume-se a uma frase: «Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural» (Gohn, 2014, p. 14).

Nos 40 anos investigados neste texto, novos atores entraram em cena, como os coletivos, organizações e associações civis, redes movimentalistas e, nas últimas duas décadas, os contramovimentos. As formas de participação e organização das ações coletivas alteraram-se das reuniões e assembleias diretas para as relações em redes virtuais; dos mutirões comunitários para as formas de organizações civis empreendedoras (Gohn, 2025).

A moradia popular tinha nome e espaço geográfico: Periferia (Gohn, 1985). A questão central era a *Questão Urbana*, título de livro de Manuel

Castells (1972), o qual teve um papel fundamental nos debates sobre problemas urbanos e associativismo civil no Brasil a partir da década de 1970. Ele foi um dos pioneiros no estudo das questões urbanas e dos movimentos e assembleias de bairros, na década de 1970, na América Latina. Castells (1973) entende a urbanização a partir da reprodução da força de trabalho, a luta de movimentos sociais por habitação ganha centralidade. Os movimentos sociais urbanos são vistos como capazes de contraverter a ordem estabelecida a partir das contradições urbanas, específicas da questão urbana (Castells, 1974). No final da década de 1990, ele inscreveu as redes no cenário das ferramentas metodológicas contemporâneas ao tratar a sociedade globalizada como uma rede (Castells, 1999).

Numa sociedade fragmentada e polimorfa, a tendência dos grupos sociais organizados foi a de se articularem em redes e criarem fóruns a partir dessas redes. Destas articulações surgiram as redes temáticas (gênero, faixas etárias, questões ecológicas, étnicas, raciais, religiosas etc.). A rede social tem um enraizamento maior com as comunidades locais. A rede temática tem poder de articulação que extrapola o nível local, atuando até a esfera global (Gohn, 2010).

Em 2017, o Escritório Regional para a América do Sul do ACNUDH (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos) elaborou, em conjunto com instituições nacionais de direitos humanos e defensorias públicas da região, as Diretrizes para a observação de manifestações e protestos sociais, em que se observa o reconhecimento das manifestações públicas como elementos fundamentais no desenvolvimento das sociedades democráticas. Dentro do contexto dessas diretrizes, passamos a tratar a seguir as lutas pela moradia popular, com destaque para a cidade de São Paulo, como um direito humano, à vida e à cidade (Harvey, 2003, 2013).

A linha do tempo na história: a década de 1980 e a luta pela moradia

O esgotamento e a crise do suposto «milagre econômico», criados pelas políticas econômicas da fase do regime militar, em um contexto geral de crise socioeconômica, levaram, na década de 1970, à retomada do associativismo popular, agora de outra natureza. Ao longo dos anos, foi-se tecendo um movimentalismo de base, com o apoio de pastorais e setores progressistas da Igreja Católica, diferente do associativismo já existente, ligado às Associações de Moradores ou às Sociedades de Amigos de Bairros (SABs) (Gohn, 1982). Entre 1975 e 1980, diversos fatos no cenário político brasileiro contribuíram para o início da virada, tais como a Anistia aos presos políticos, o crescimento de sindicatos de oposição, que passaram

a construir formas de resistência, e a criação de inúmeros movimentos sociais populares, como o de Luta pelas Creches (Gohn, 1985), pelos transportes, contra os loteamentos clandestinos etc.

Esse processo de rearticulação social e de desgaste do regime abriu caminho para a intensificação da abertura política ao longo da década de 1980. As eleições de 1982 para governadores, deputados e senadores, a campanha e a emergência pelas Diretas Já em 1984 — o maior movimento político social nas ruas até então —, a eleição indireta para Presidente em 1985 e o processo para a Constituinte entre 1986-88, culminando na nova Constituição em 1988 e nas eleições diretas para Presidência da República em 1989, compõem marcos desse período. No âmbito dos movimentos populares, destaca-se a criação oficial do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), bem como o crescimento e a maior visibilidade dos movimentos identitários, especialmente o movimento de mulheres.

Registre-se também, na década de 1980, a criação de duas grandes centrais do movimento popular: a ANAMPOS (Associação Nacional de Movimentos Populares) e a CONAM (Coordenação Nacional de Associação de Moradores), bem como de duas grandes centrais sindicais: A CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores). Ainda no âmbito urbano, a problemática de menores em situação de rua levou à criação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas nas Ruas. Destaca-se, também, que atos de insurgência civil em lugares públicos e privados ocorreram com frequência na década de 1980, a exemplo dos «rolezinhos» em *shopping centers* e «ocupações» de instituições públicas, como forma de pressionar os agentes públicos responsáveis por determinadas áreas e problemas.

Dentre os movimentos populares urbanos, a luta pela moradia teve centralidade nos anos 80, configurando-se como uma das mobilizações mais organizadas nas grandes cidades e a principal frente de articulação dos movimentos populares no Brasil. As razões foram várias, entre elas, o agravamento da situação socioeconômica do país, a falta de propostas, financiamentos e políticas para o setor popular; e o esgotamento das fórmulas tradicionais de solução do problema pelas próprias camadas populares (autoconstrução, ocupação de novas áreas etc.). A luta pela moradia teve conquistas na década de 1980 com novas leis para regulamentação na criação de loteamentos, fechando as brechas que geravam os loteamentos clandestinos e diferenciando loteamentos urbanos de condomínios fechados. Neste período, destaca-se, em São Paulo, a União Nacional por Moradia Popular, que teve como embrião a União por Moradia de São Paulo (Gohn, 1991).

A articulação de redes sociopolíticas compostas por intelectuais e movimentos populares que militam ao redor do tema urbano (o *habitat*, a cidade propriamente dita) foi, na sua grande maioria, tecida nos anos 80 do século XX. Uma parte dos intelectuais que assessoravam movimentos sociais de luta pela moradia, naquela década, incorporou-se posteriormente aos novos processos jurisdicionais previstos na Constituição de 1988, assumindo frentes de lutas bastante institucionalizadas, atuando no plano jurídico como assessores a movimentos de moradia via mutirões de autoconstrução. Nos anos de 1990, assessores e lideranças de movimentos pela moradia, em conjunto com parlamentares eleitos a partir do apoio do movimento popular, obtiveram conquistas importantes, como o Estatuto da Cidade. Nesse período, os movimentos passaram a pressionar diretamente o poder público por meio de instrumentos constitucionais. Os assessores contribuíram para a construção de fóruns civis nacionais e participaram do processo de lutas que culminou na aprovação do Estatuto da Cidade. Esses atores concentravam-se, sobretudo, no eixo São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, especialmente nas suas capitais.

Ao longo da década de 1980 os movimentos pela moradia em São Paulo se dividiam em sete grandes modos de organização: (1) a luta pelo acesso à terra e à habitação; (2) lutas pelo direito real de uso e regularização da posse efetiva da terra, como proprietários das moradias construídas em loteamentos clandestinos; (3) lutas nos processos construtivos e os mutirões comunitários (que envolviam uma complexa divisão de trabalho e tarefas entre os mutirantes); (4) lutas dos inquilinos por nova legislação e contra os altos índices de aumento dos aluguéis, com inflação galopante, moedas que mudavam de nome etc.; (5) lutas de moradores de baixa renda, após aquisição de moradias financiadas, por problemas decorrentes da baixa qualidade da construção e urbanização mínima no entorno devido à falta de rede de serviços coletivos-transporte, escolas, creches, postos de saúde; (6) luta dos moradores nas ruas por abrigos, contra a violência a que eram submetidos; (7) e luta dos proprietários de imóveis financiados pelo BNH-Banco Nacional de Habitação, pelos altos reajustes nas parcelas ou atraso na entrega das obras.

A década de 1990: as mudanças e transformações nas lutas pela institucionalização de Direitos

A década de 1990 inicia-se sob intensa turbulência política. A política econômica inicial do presidente da República, marcada pelo congelamento de ativos financeiros nos bancos e por uma gestão baseada em políticas neoliberais e eventos espetaculares diários, levou o país a retrocessos econômicos e sociais, e ao processo de *impeachment* do presidente

Fernando Collor de Melo, concluído em 1992 após o intenso movimento social «Ética na Política», no qual se destacaram os estudantes nas ruas, os «Caras Pintadas», e mobilizações sociais para se obter assinaturas para se operacionalizar conquistas democráticas obtidas na Constituição de 1988, como leis para a moradia popular a partir da Iniciativa Popular.

Após o *impeachment*, inicia-se um período que durou cerca de 10 anos, com Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, a era do Plano Real, queda da inflação e políticas de privatizações. Altera-se a conjuntura política do país, com o crescimento e fortalecimento de políticas neoliberais, debates sobre a globalização e a importância de construir instrumentos institucionalizados para a participação cidadã emergente. Desloca-se o eixo das discussões para o plano institucional, ao mesmo tempo em que se observa um decréscimo das lutas populares urbanas mais localizadas, típicas dos movimentos de base. Buscam-se, então, articulações em redes para fortalecer o poder local.

No campo, a luta pela terra cresce e se internacionaliza em meio a acontecimentos como os de Chiapas e episódios de violência política, incluindo o assassinato de militantes, como o do ativista ambiental e líder dos seringueiros Chico Mendes; nesse contexto, o MST também se expande e amplia sua projeção internacional. Essa nova institucionalidade no país colocou em evidência uma esfera pública ampliada, estatal e não estatal. Por isso, os debates sobre esfera pública, baseados especialmente em Habermas, Hannah Arendt, Norberto Bobbio e suas relações com as instâncias do poder, especialmente o poder local, ganharam os holofotes como nichos para inovações. A luta dos bairros passa a se articular em torno de uma Reforma Urbana, Estatuto da Cidade, e os profissionais da área do urbanismo passam a ter grande protagonismo. Inovações democráticas, como o Orçamento Participativo (OP), criaram uma cena de deslocamento do eixo das discussões para o plano institucional, com decréscimo de interesse pelas lutas localizadas, pelos movimentos populares, pelo trabalho de educação popular de base.

Nos anos 90, o poder local passa a ser visto, de um lado, como sede político-administrativa do governo municipal e, mais especificamente, de suas sedes urbanas — as cidades — e, de outro, como espaço de novas formas de participação e como dinamizador das mudanças sociais. Como isto foi possível? Justamente porque a categoria ampliou-se, abarcando outras dimensões além da geográfica-espacial, tais como a questão do comunitário e do associativismo. O poder local (Daniel, 1988; Fischer, 1992; Souza, 2005) passou a ser visto como espaço de gestão político-administrativo e não como simples sede das elites (econômicas, sociais e políticas). Mudanças na conjuntura política e no cenário econômico

explicam tais alterações. O poder local foi redefinido como sinônimo de força social organizada, enquanto forma de participação da população, na direção do que foi denominado *empowerment* ou empoderamento da comunidade, isto é, a capacidade de gerar processos de desenvolvimento autossustentável, com a mediação de agentes externos — novos educadores, principalmente das ONGs do Terceiro Setor. Ao final da década de 1990, elabora-se a Lei do Terceiro Setor.

Nesse mesmo contexto, partidos e sindicatos foram se distanciando das «bases organizadas», fechando-se em bolhas de militantes e adeptos «de confiança», mais próximos a estruturas de poder e gestão pública. Parte da luta pela moradia aderiu a este modelo, protagonizando manifestações nas ruas com apoio da CUT e de lideranças do PT (Partido dos Trabalhadores).

Paralelamente, a reconfiguração do cenário urbano e o agravamento de certos problemas sociais deslocaram a pauta da mobilização e abriram espaço para novas agendas. Assim, surgiram novos movimentos populares que não tinham tanta presença nos anos 80, e o principal deles foi o relativo à questão da violência e da criminalidade nas periferias. A expansão da violência urbana para o conjunto da cidade levou a população das áreas periféricas a desnaturalizar a questão, no sentido de vê-la e demandá-la como um problema também do seu cotidiano. E os movimentos populares propriamente ditos, aqueles que nos anos 70/80 foram tão importantes, estimulados pela Teologia da Libertação? O que houve com eles? Mudaram de perfil? Desapareceram? A resposta é não, porque eles sempre foram heterogêneos em termos de temáticas e demandas (Melucci, 2001). O que unifica o universo das suas demandas são as carências socioeconômicas. Nos anos 1990, eles criaram e desenvolveram redes com outros sujeitos sociais (tecidas com os campos: sindical, institucional de outras entidades sociais, político-partidário, religioso, ONGs etc.), assim como redes dentro do próprio movimento popular propriamente dito, destacando os movimentos que atuam na questão da moradia. Ocorreram, entretanto, alterações profundas no cotidiano da dinâmica interna dos movimentos populares. De um lado, eles perderam visibilidade porque, ao longo dos anos 90, os movimentos populares urbanos diminuíram as formas de protestos nas ruas e, com isso, sua presença na mídia; paralelamente, parte dessa visibilidade deslocou-se para as ONGs. As identidades coletivas dos movimentos populares deixaram alguns elementos em segundo plano, como as contestações mais frequentes às políticas públicas, e incorporaram outros. Com isso, naquela década, deslocaram-se de um patamar predominantemente reivindicatório para um registro mais operacional e propositivo; embora os eixos nucleares

das demandas sejam praticamente os mesmos, foram incorporadas novas práticas. Os discursos se alteraram em função da mudança da conjuntura, assim como as matrizes que estruturaram esses discursos e suas práticas.

Não se trata mais de ficar de «costas para o Estado»¹, mas de participar das políticas, compor parcerias etc. Eles ajudaram a construir outros canais de participação, principalmente os fóruns, e contribuíram para a institucionalização de espaços públicos importantes, como os diferentes conselhos nas esferas municipal, estadual e nacional.

Movimentos pela Moradia na década de 1990²

Em julho de 1990 foi criado o MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia), no primeiro Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, com representação de 14 estados. Em 1993, criou-se a UNMP (União Nacional de Movimentos de Moradia), uma rede de movimentos organizada a partir de entidades regionais existentes na época nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, com o apoio de programas pastorais da Igreja Católica e assessoria de ONGs que trabalham sob a perspectiva da Ajuda Mútua e da Autogestão. A UNMP tinha como programa central o projeto autogestionário de mutirões para a construção da casa própria, tendo participado das principais ações de luta pela moradia popular nos anos 90, como as «Caravanas para Brasília», o Estatuto da Cidade, a reivindicação da criação de um Fundo Nacional de Moradia Popular e do Conselho Nacional de Moradia Popular. Para atingir estes objetivos, em 1991, a UNMP participou da coleta de quase um milhão de assinaturas para a criação de uma Lei de iniciativa popular prevista na Constituição, e, em 1993, apoiou a criação da Central dos Movimentos Populares (que antes denominava-se Pró-Central dos Movimentos Populares, e antes da criação da Central Única dos Trabalhadores, teve-se a Associação Nacional Movimentos Populares e Sindicais).

Entretanto, a maior expressão da organização pela moradia nos anos 90 foi o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), originário do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU). Criado em 1987, ele se fortaleceu após a Constituição de 1988, dado que aquela Carta contém um capítulo sobre a reforma urbana. A II Conferência Internacional sobre

1 «De costas para o Estado e longe do Parlamento» foi o título de um artigo de Tilman Evers, publicado na Revista Novos Estudos Cebrap em 1981 (Evers, 1981) — uma referência aos pesquisadores da área, assim como o livro de Eder Sader *Quando Novos Personagens entram em cena* (1988).

2 Dados coletados e registrados na Tese de Livre Docência da autora deste artigo, apresentada na FAU/USP em 1987, publicada com atualizações no livro *Movimentos Sociais e Lutas pela Moradia* (Loyola, 1991). Dados atualizados da década de 1990. Fonte: arquivos da Central dos Movimentos Populares (CMP), jornais: *O São Paulo* e *Folha de São Paulo*.

Assentamentos Humanos (Habitat II), realizada em 1996, em Istambul, projetou as atividades do Fórum para além das fronteiras nacionais e deu respaldo à luta pela moradia ao reafirmar o compromisso com a realização progressiva do direito à moradia como um direito humano e responsabilidade dos governos na sua implementação.

O FNRU colocou as lutas pela moradia em um novo patamar. As bandeiras localizadas e as reivindicações parciais foram substituídas

por um ideário onde o que se pede é o direito à cidade como um todo; inclui-se não só os direitos especificamente urbanos que visam acabar com a injustiça social no espaço das cidades, mas também o direito de participação na gestão da coisa pública (Silva, 2002, p. 147).

Dentre os inúmeros instrumentos jurídicos elaborados nos anos 90 pelos movimentos e ONGs articulados ao FNRU para garantir a moradia à população, destacam-se o Estatuto da Cidade, o Fundo Nacional de Moradia Popular e o Conselho Nacional de Moradia Popular, só aprovados e implementados pelo poder público na primeira década dos anos 2000.

No início de dezembro de 1999, realizou-se, em Brasília, no espaço do Parlamento Nacional, a 1ª Conferência Nacional das Cidades, que elaborou um documento denominado «Carta das Cidades», onde se observa que as formas colegiadas e participativas da população são reivindicadas como plataformas de uma ampla gama de movimentos e organizações de lutas sobre as questões urbanas. Essas ações e mobilizações precisam ser interpretadas como respostas aos programas de ajuste fiscal dos anos 1990, que fizeram com que os investimentos em políticas públicas recuassem fortemente, incluindo as políticas urbanas (Maricato, 2015). O Estatuto da Cidade só foi aprovado em 2001, assim como outras leis criadas a partir de mobilizações e pressões da população, e são, segundo Thiago Trindade (2012, p. 160), «um passo fundamental no combate ao excludente modelo de urbanização brasileiro».

Participação Social na Primeira Década do Século XXI

Na primeira década do século XXI, a participação social institucional predominou, patrocinada por políticas públicas e órgãos públicos, entre outros (Lüchmann, 2007). Entre 2003 e 2010, ocorreram no país 74 conferências em quarenta temas diferentes, sendo 70% delas realizadas pela primeira vez. Estima-se que mais de 5 milhões de pessoas tenham participado nas diferentes etapas. Avritzer e Souza atualizaram estes dados do IPEA em 2012, afirmando:

As conferências nacionais existem no Brasil desde a década de 1930,

quando Getúlio Vargas convocou as primeiras conferências de saúde e de educação. Desde então, até 2012, ocorreram no Brasil 128 conferências, das quais 87 foram realizadas entre 2003 e 2012 — ou seja, 67% das conferências ocorreram nos últimos dez anos. Neste período, participaram aproximadamente 7 milhões de pessoas, segundo estimativas que consideram apenas a população adulta do país (Avritzer e Souza, 2013, p. 11).

No novo milênio, observam-se novidades no campo dos movimentos sociais, a exemplo da série de edições do Fórum Social Mundial e, no âmbito da luta urbana pela moradia, a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Este movimento foi criado no final dos anos 1990, a partir de fileiras do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), e se estruturou inicialmente na cidade de Campinas. Sua proposta partiu de um projeto de organização política ancorado no território onde vivem os setores mais precarizados. Assim, o território constitui a categoria fundamental para compreender sua forma de organização e ação política.

Outra novidade na primeira década deste século foi o fortalecimento de articulações entre os movimentos sociais, como a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), criada em 26 de julho de 2003. A CMS reuniu, entre outros, o MTST, o MST, a CUT, a Federação Nacional dos Advogados, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Marcha Mundial das Mulheres, a Confederação Nacional dos Profissionais Liberais e entidades estudantis. Além disso, destacavam-se os já mencionados Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) e o Fórum Nacional pela Reforma Urbana, que reuniam dezenas de movimentos sociais.

No novo século, o movimento comunitário de moradores assumiu um novo perfil: o de implantador de inúmeros Projetos Sociais nas comunidades onde atuava. Tratava-se de iniciativas de diferentes tipos e naturezas, voltadas à «inclusão social», categoria-chave nos discursos, narrativas e análises da época. Em geral, esses projetos eram desenvolvidos em articulação com ONGs ou outras entidades do terceiro setor, que sustentam a contratação de «educadores sociais» para o desenvolvimento dos projetos sociais (Gohn, 2014). Paralelamente, a área da segurança também impulsionou mobilizações e a criação de entidades de apoio que clamavam pela paz — no trânsito, nas ruas, escolas —, bem como ações em defesa das pessoas e seu patrimônio.

Contra as formas de violência, criou-se o Instituto Sou da Paz, Instituto São Paulo Contra a Violência, Instituto Brasil Futuro etc. Os especialistas que atuam nestas entidades alertam para os efeitos da cultura do medo, gerada pela violência generalizada, como um dos componentes da vida dos cidadãos no novo milênio. Outros analistas destacavam, ainda, que a

banalização da violência, em imagens e informações da mídia, se reproduz cotidianamente nas ruas e nas casas, contribuindo para a naturalização de comportamentos violentos. Esse processo tenderia a gerar apatia e uma espécie de patologia social, na qual a indiferença e a insensibilidade ocupam o lugar da indignação.

Em paralelo, movimentos ambientalistas, desde os anos 1990, destacavam que, além da pobreza e do desemprego, a situação ambiental das cidades também deveria ser vista como prioritária: lixo, água, esgoto e poluição atmosférica são seus principais problemas. Urbanistas, por sua vez, alertavam que mudanças no combustível e nos motores de automóveis e ônibus eram indispensáveis. Preconizavam, ainda, que era preciso cuidar não apenas do zoneamento urbano, mas também dos Planos Diretores das cidades.

Movimentos de Moradia Popular em São Paulo na primeira década de 2000 em São Paulo

Em 2000, no cenário da moradia em São Paulo, pesquisa realizada pelo SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) registrou cerca de 600 mil pessoas, abrangendo 160 mil famílias, vivendo em 24.000 cortiços. Cortiços são

moradias multifamiliares, subdivididas em cômodos alugados informalmente, situados em áreas urbanas dotadas de infraestrutura completa, e que apresentam condições físicas precárias, uso coletivo das instalações sanitárias e sobreposição de funções sem qualquer privacidade (CDHU, 2012, p. 05).

Os cortiços localizavam-se em regiões centrais, principalmente nos bairros que tiveram papel importante no início da industrialização paulista, como Barra Funda, Bom Retiro, Brás, Bela Vista, Cambuci, Liberdade, Mooca, Santa Cecília e Pari. Se, no passado, foram moradia da classe trabalhadora, passaram, posteriormente, a constituir opção habitacional para pessoas de baixa renda.

A Fundação de Pesquisas Econômicas (Fipe) registrou, em 2003, 10.394 pessoas «em situação de rua» na cidade de São Paulo, concentradas basicamente na área central. Somadas, as cifras indicam mais de 5 milhões de pessoas vivendo — ou sobrevivendo — em favelas, cortiços, habitações precárias e nas ruas, o que representa um aumento de 45% entre 1991-2000. Nesse período, a mancha de ocupação do território urbano de São Paulo ficou cinco vezes maior que a observada em 1970. Segundo o Mapa da Exclusão (PUC-SP, 2000), nesse período, a cidade ganhou 1,1 milhão de pobres. Desse total, 589 mil famílias viviam abaixo da linha da pobreza, com renda inferior a R\$ 300 mensais (dados da Secretaria de Trabalho da

Prefeitura de São Paulo). O déficit habitacional calculado pela Secretaria Municipal de Habitação era de 380 mil unidades. Ao mesmo tempo, o Censo de 2000 identificou 420.327 domicílios vazios e ociosos na Capital, sendo que quase 20 mil deles estavam localizados na região central. Nesse cenário, entre os movimentos populares urbanos vinculados à luta pela moradia, observava-se a presença maciça de mulheres, especialmente entre os sem-teto.

Em paralelo, ampliava-se o debate sobre um novo conceito de governança local, associado às discussões sobre os conselhos gestores (Gohn, 2011). Parte da luta pela moradia, originária dos anos 1980, tornou-se mais institucionalizada, atuando também no plano jurídico, por meio de assessorias, e obtendo conquistas importantes, como o Estatuto da Cidade, ou pressionando diretamente o poder público com instrumentos constitucionais — a exemplo da Carta ao Presidente da República encaminhada pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana em setembro de 2003. Em 2006, o Fórum elaborou uma «Plataforma para Prevenção de Despejos Forçados». Outra parte migrou com suas assessorias para as ONGs, participando de projetos institucionais, como as cooperativas de ajuda mútua e autogestão, a exemplo de várias alas do movimento das favelas, que passaram a ter projetos de reurbanização, remoção ou transferência para projetos do poder público. Esses últimos geraram movimentos de associações de moradores locais, em cujo grupo se destaca a Associação dos Trabalhadores Sem Terra de São Paulo (AMST).

Um segundo grupo da luta pela moradia em São Paulo, com maior visibilidade na mídia, seguiu o modelo do movimento popular rural: realizou ocupações, não mais em áreas ou terrenos vazios — cada vez mais escassos e distantes nos grandes centros urbanos —, mas em prédios públicos e privados ociosos ou abandonados, situados nas áreas centrais da cidade. O público participante dessas ocupações era composto, em grande medida, por pessoas provenientes de moradias de aluguel, cortiços e da população em situação de rua. Nesse sentido, o MTST, em certa medida, contribuiu para «unificar» a luta das pessoas em situação de rua com a dos moradores de cortiços. Em São Paulo, em 2003, havia três movimentos de moradores de cortiços atuando na região central.

Essas ocupações de edifícios ociosos no centro se intensificaram no início dos anos 2000 e passaram a ganhar grande repercussão pública, tanto pela escala das ações quanto pelos conflitos e riscos envolvidos. Em maio de 2002, cinco mil sem-teto ocuparam oito prédios. Em novembro do mesmo ano, cerca de 300 famílias ocuparam um edifício de dez andares na Av. Duque de Caxias, no centro de São Paulo. Um dos prédios ocupados em 2002, localizado na rua Brigadeiro Tobias, abrigava 800 pessoas

e sofreu um incêndio em 2003, que resultou na morte de uma menina; apenas após a tragédia o prédio foi interditado.

Ainda em 2002, ocorreu outra ocupação de grande porte na região central: cerca de duas mil pessoas, lideradas pelo Movimento dos Sem-Teto do Centro, ocuparam o Edifício Prestes Maia, com 20 andares e dois blocos. De propriedade privada, o prédio encontrava-se abandonado, em parte devido à deterioração do imóvel e à recorrência de assaltos na região. Segundo a Caixa Econômica Federal, as dívidas de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) superavam o valor do imóvel. A mega ocupação pelos Sem-Teto chegou a ser noticiada várias vezes na mídia, inclusive com destaque para uma biblioteca organizada por um dos moradores, com cerca de 3.500 livros obtidos por doações e disponibilizados para uso coletivo — em 2006, após três anos de conflitos e tragédias, 468 famílias viviam no local e foram retiradas com a ação de grande aparato policial. Em 2003, três mil e cem sem-teto ocuparam quatro prédios na região central (três eram hotéis que não estavam em atividade).

Vale destacar que todas essas ocupações foram alvos de despejo por meio de reintegração de posse. Inicialmente, seus participantes passaram a perambular e acampar em locais improvisados: em frente à CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo), na quadra de uma escola de samba, em barracões de igreja, entre outros, sem que houvesse uma solução efetiva para seus problemas.

Outro movimento de moradia que, em 2003, produziu um fato político de grande repercussão foi a mega ocupação de um terreno pertencente à Volkswagen, na Via Anchieta, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Além das proporções desta ocupação — e do fato de ter ocorrido em área vinculada a uma das maiores fábricas estrangeiras instaladas no Brasil —, um incidente que resultou na morte de um fotógrafo da revista *Época* fez com que a ação do MTST ocupasse as manchetes da mídia em todo o país por vários dias, especialmente na Folha de São Paulo, e à própria revista semanal *Época*. Ao final, os ocupantes foram desalojados e conduzidos para abrigos provisórios, organizados por paróquias, no ABC paulista.

A terceira categoria da luta pela moradia em São Paulo, na década de 2000, foi protagonizada pelos «moradores nas ruas» — que, em 2003, somava cerca de 10 mil pessoas na cidade. Vivendo sob pontes, marquises, praças e logradouros públicos, esses «moradores» aumentaram significativamente ao longo dos anos 1990, tanto em número quanto na dispersão territorial de seus pontos de permanência. Em resposta, foram formuladas políticas públicas voltadas a esse segmento que incluíam desde a

remoção para conjuntos populares até soluções provisórias, como acolhimento em albergues, hospedagem em hotéis e utilização de imóveis alugados, quando localizados em situação de risco. Em 2006, dez entidades atuavam em apoio à população em situação de rua em São Paulo.

Em 2004, surgiu uma novidade em termos de articulação da luta pela moradia popular: a Frente de Luta Por Moradia. Ela reuniu o Movimento dos Sem-Teto do Centro, o Movimento de Moradia da Região Centro, os movimentos Sudeste, Campo Alegre e Casarão Bresser, entre outros.

Década de 2010: crise e desencanto com a participação institucionalizada

No início da década de 2010, configurava-se, no âmbito nacional, um cenário marcado pela expansão de eventos participativos, estruturados a partir de agendas de centrais de movimentos e de atores responsáveis pela coordenação de políticas públicas. Paralelamente, movimentos tradicionais, como o MTST, mantinham a prática de ocupações em novas áreas. Em 2012, por exemplo, uma das ações que mais repercutiu foi a ocupação do Pinheirinho, em São José dos Campos, posteriormente desmobilizada por intervenção policial marcada pelo uso da força.

Paralelamente a esse cenário de institucionalização participativa e à permanência das ocupações como repertório de movimentos tradicionais, novas formas de mobilização estavam surgindo desde a década anterior, especialmente em torno das juventudes pelo Passe Livre, articuladas no âmbito do Movimento Passe Livre (MPL). Esse ciclo foi impulsionado em parte por referências internacionais e por repertórios que circulavam transnacionalmente em redes sociais, discutindo sobre as mobilizações associadas à Primavera Árabe, ao movimento Occupy, nos Estados Unidos, e às jornadas estudantis no Chile. Esse conjunto de experiências e referências compôs um grande «caldo» político que desembocaria na explosão das manifestações em Junho de 2013 no Brasil — o episódio mais expressivo e um divisor de águas, que tornou a década de 2010 um marco no cenário da participação da sociedade civil brasileira. Em 2013, via Facebook, o MPL convocou a população de São Paulo para o primeiro ato do direito à circulação nas ruas da cidade (Gohn, 2015).

Após a eclosão de junho de 2013, impõe-se a pergunta: do ponto de vista das ações governamentais, o que tínhamos em 2013? De um lado, a conjuntura já sinalizava o agravamento da crise econômica; de outro, avançavam iniciativas de formulação de um sistema nacional de participação voltado à coordenação e institucionalização da participação social em políticas públicas, sistema em crise e questionado pelos jovens.

Em 2014, a divisão política nacional se instala e, em 2015-2016, consolida-se com o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Nesse contexto, em 2014-2015, surgiram ou se reestruturaram outras organizações, como o Vem Pró Rua (VPR), o Movimento Brasil Livre (MBL), Nas Ruas, Revoltados On-line, entre outros. Gradualmente, consolidou-se um grupo de direita que, nesta análise, é caracterizado como contramovimentos.

Nesse mesmo contexto, a «Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos», criada em 2015 e inicialmente composta por cerca de 50 organizações, passou a congregar aproximadamente 60 siglas/grupos, mobilizando um repertório de orientação liberal centrado na crítica ao então governo federal. Esses grupos adotaram símbolos nacionalistas, como a bandeira, o hino nacional e o verde-amarelo, em performances públicas recorrentes. Para os outros movimentos sociais, clássicos e novos, e para muitos analistas, tratava-se da «direita» se reorganizando nas ruas, retomando bandeiras já presentes em diferentes momentos nas últimas três décadas no Brasil, agora sob a forma de contracorrentes.

Esses contramovimentos focalizaram temas de forte apelo popular, como a ética na política e moralidade pública. Ao captar emoções e disposições subjetivas coletivas, exploraram enquadramentos centrados na indignação em face das denúncias de corrupção, à rejeição à política (plantada em junho de 2013) e ao descontentamento popular (desemprego, retorno da inflação, insegurança etc. (Nobre, 2022). Com isso, atraíram milhares de pessoas às ruas.

Nesse mesmo contexto, os movimentos populares pela moradia, como o MTST, continuaram as mobilizações — a exemplo da ocupação em São Mateus, Zona Leste da capital paulista, nas proximidades da Arena do Corinthians, onde se realizaria a Copa Mundial de Futebol. Ainda assim, as manifestações que mais despertavam a atenção pública — percebidas como novidade — eram as protagonizadas por jovens, em continuidade ao ciclo de protesto aberto com a experiência das Jornadas de Junho de 2013, como o movimento de ocupações de escolas da Rede de Ensino Básico, em São Paulo e em outras cidades no Brasil, em 2015. A visibilidade nacional da luta dos estudantes secundaristas, inclusive, contribuiu para a suspensão das reformas no Estado de São Paulo (Gohn, 2019).

Se de um lado a conjuntura pós-ocupações das escolas em 2015 favoreceu a emergência e a visibilidade de novos repertórios juvenis, de outro também reativou — sob novas formas de coordenação — organizações e movimentos com trajetória consolidada desde os anos 1980. Entre as manifestações nas ruas convocadas pelos movimentos sociais clássicos e

«novos» — muitos deles surgidos ou consolidados a partir da década de 1980 —, em 2016, destacaram-se movimentos sindicais, estudantis e populares ligados à luta pela terra e pela moradia, com atuação contínua nos últimos 30 anos no Brasil, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Eles se uniram contra o impeachment de Dilma Rousseff e, após a consolidação deste, em agosto de 2016, protestaram contra a desativação das políticas participativas e as reformas neoliberais que passaram a dominar as políticas públicas federais. Ao lado desses, ganharam relevo movimentos das mulheres, movimentos atingidos por barragens, organizações de pequenos proprietários, entre outros, além de novos grupos, como o «Levante Popular da Juventude».

A novidade, nesse conjunto, foi a união e a reativação de muitos em Frentes de ação política, a exemplo da Frente Brasil Popular, composta por cerca de 70 movimentos e organizações sociais — com repertórios adaptados à conjuntura política atual —, incluindo, entre outros, CUT, MST e a Frente Povo Sem Medo, composta por cerca de 30 movimentos e agremiações partidárias, algumas de formação recente, que se apresentava como «uma frente unitária de movimentos sociais que tem como maior objetivo a realização de amplas mobilizações populares [...] focada em mobilizações contra o ajuste fiscal e o conservadorismo» (Gohn, 2017, p. 73).

A década de 2020

O Censo de 2022 registrou, no Brasil, 12.348 favelas, nas quais viviam 17,2 milhões de pessoas, distribuídas em 6,6 milhões de domicílios, o que corresponde a cerca de 8% dos lares brasileiros. No mesmo Censo, a população da cidade de São Paulo foi contabilizada em 11.4545.999 habitantes, um aumento de cerca de 200 mil pessoas em relação a 2010 (IBGE, Censo de 2010).

Em julho de 2025, a pesquisa do Instituto Data Favela, realizada com 16.521 moradores de favelas brasileiras, indicou que 73% consideravam que o empreendedorismo é o caminho mais simples para melhorar de vida, em vez de ter um trabalho com carteira assinada segundo leis da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Em livro recente (Gohn, 2025), foram observadas mudanças nas formas de participação e o surgimento de novas formas de associativismo de moradores em áreas periféricas a partir da década de 2020, no contexto pós-pandemia. Destaca-se a criação de uma série de microempresas, lideradas por mulheres, a maioria delas organizadas sob a forma de coletivos

solidários, comunitários, trabalhando no local, mas com parcerias de fora da comunidade via uso de tecnologias. Parte dessas iniciativas surgiu a partir de Projetos Sociais preexistentes ou recém-criados, com destaque para o apoio do G10 Favelas, visando impulsionar o «empreendedorismo nas favelas», a exemplo dos grupos Costurando Sonhos, Mãos de Maria Brasil, Horta na Laje e Emprega Comunidade. O G10 Favela³ oferece mentoria, microcrédito e apoio para fortalecer os negócios das moradoras; o ambiente virtual, inclusive, tem sido utilizado para recrutamento e seleção de moradores(as) participantes, e as lideranças dos empreendimentos são, por sua vez, denominadas CEO. No início realizavam, por exemplo, treinamento gratuito em costura, para inserir as alunas no mercado de trabalho. Como não funcionou bem, começaram a gerar produtos próprios. As três microempresas citadas tinham, em 2024, parcerias com Amazon, Latam, Itaú, dentre outras. Um diferencial nestes grupos é que a forte presença das mulheres não é apenas porque estavam sem trabalho. Questões identitárias de gênero, raça e sexualidade da comunidade LGBTQIA+ estão presentes. Acolhem-se também mulheres que viviam relacionamentos abusivos e vítimas de violência, que afirmam que a geração de renda nos projetos propicia condições de independência financeira para saírem dos relacionamentos. São grupos discriminados, invisibilizados pela mídia. Como observa Tilly, interações e laços sociais constituem a existência central da vida social (Tilly, 1999).

No Brasil atual, destacam-se ações de ativismo civil autodenominadas *Coletivo*, que vêm produzindo inovações e novas cartografias no espaço urbano, embora ainda permaneçam relativamente pouco conhecidas (Gohn, 2025; Paiva *et al.*, 2023; Gohn, 2022; Perez, 2019; Marques e Marx, 2020). Esses Coletivos atuam em territórios periféricos e carentes por meio de iniciativas como cozinhas comunitárias, distribuição de alimentos, geração de renda e projetos socioculturais para jovens. Também se expressam em grupos de jovens estudantes universitários e em Coletivos compostos por profissionais que atuam em ruas e praças nas áreas do lazer e cultura, bem como em iniciativas de preservação da memória de lugares simbólicos, em disputa pela destinação do uso público destes espaços. Os Coletivos são organizações identitárias e de corte solidário, mas podem ser também atos insurgentes para contestar discriminações, colapso

3 O G10 Favelas é uma instituição que reúne líderes de 10 das maiores favelas no Brasil e se apresenta como: «bloco de Líderes e empreendedores de Impacto Social nas favelas do Brasil. O G10 tem o propósito de inspirar o país a lançar um novo olhar para as periferias, tornando as comunidades grandes polos de negócios e atrativo para investimentos». O G10 Favelas tem o apoio financeiro do G10 Bank; banco digital para pessoas físicas e jurídicas moradoras das favelas, criado em 2019.

nos sistemas alimentícios, hídricos e energéticos, violência de gênero e raça etc. Adotam princípios diferentes, alternativos, autogestionários (não vinculados a organizações tradicionais, hierárquicas, com um líder e seguidores). Preocupam-se com o mundo de hoje, com o cotidiano, o dia a dia. Valorizam as experiências vivenciadas no Coletivo combinando ação direta com objetivos efetivos e tangíveis, em ações locais. De uma forma diferente, estão produzindo inovações nos espaços urbanos, centrais para o fortalecimento da democracia. Como destaca Tavolaro (2016, p. 107):

Os movimentos que lutam por parques e cinemas de rua, contrários à construção de grandes projetos como shoppings e conjuntos de luxo, dão ênfase à perda de espaços de encontro, à inautenticidade dos bairros e à padronização das cidades. O repertório dessas demandas está vinculado a uma nova miséria urbana, na medida em que há uma luta para manter espaços característicos das cidades, por lazer e espontaneidade [...] mostraram que a reivindicação do direito à cidade não está necessariamente voltada à institucionalização sob a forma de lei. Uma das novidades está no fato de que dizer «direito» não implica necessariamente traduzir essa demanda em direito estatal. E, por isso, não é apenas uma nova forma de cidadania que está em jogo, mas também uma nova maneira de olhar para o direito.

Em São Paulo, a luta pela moradia popular, na década de 2020, tem trazido novas frentes e novos territórios emblemáticos: o centro antigo de São Paulo, região da Barra Funda, Campos Elíseos, Glicério, Luz e adjacências. Planos de recuperação e remodelação da região — incluindo o projeto de transferência da sede do governo estadual da região do Morumbi para a dos Campos Elíseos — levaram à remoção gradual da favela do Moinho, considerada, em 2025, a última grande favela na região central de São Paulo, com 800 famílias e marcada por recorrentes conflitos relacionados ao uso de drogas (notícias publicadas na Folha de São Paulo).

A década de 2020 registra, também, uma remodelação visual significativa de quadras inteiras em vários dos grandes eixos de transportes ou corredores de trânsito de São Paulo, como as avenidas Rebouças, Francisco Morato, região de Pinheiros, Paulista, dentre outras. Edifícios com mais de 30 andares, totalmente envidraçados, com unidades pequenas, sem vagas de garagem e com uma multiplicidade de serviços, mudaram a paisagem desses locais. Alterações no Plano Diretor possibilitaram este tipo de construção, estimulando o adensamento populacional. A região da marginal do Rio Pinheiros, altura da Chácara Santo Antônio, o *boom* construtivo de arranha-céus se repete velozmente com complexos de condomínios de moradia, hotel, shopping, dentre outros empreendimentos, mudando o panorama, o skyline da metrópole. Enquanto isso, dados do IBGE (2024)

registraram que 23% dos lares brasileiros são alugados, correspondendo a 46,5 milhões de pessoas vivendo de aluguel, superando a população total estimada do Estado de São Paulo em 2024, de 46 milhões de habitantes. Esses dados revelam que a moradia popular deixou de ser uma prioridade nas políticas públicas em construções para as camadas pobres. O capital imobiliário aproveitou-se de brechas na legislação para construir novos prédios em bairros nobres e corredores importantes da capital paulista, apresentados como «flats», para camadas médias ou investidores para o mercado de aluguel, com financiamento público.

As mudanças e transformações na cidade: temas, problemas, confrontos e repertórios

A partir da linha do tempo apresentada no item II sobre as lutas sociais no urbano, em geral, e as lutas pela moradia, em particular, concluímos este texto com uma análise das cidades brasileiras, com seus temas, problemas, confrontos e repertórios.

A cidade e seu território urbano têm sido construídos por forças antagonicas: de um lado, o capital e os interesses imobiliários; de outro, a população e suas necessidades, sonhos e desejos. Com relação à população, a maioria é composta por setores sociais vulneráveis por condições de desigualdade socioeconômica, que modelaram duas realidades: a dos ricos ou acomodados das camadas médias, e a dos pobres, na periferia ou bolsões deteriorados em regiões centrais degradadas. Uma produz serviços, a outra vende sua força de trabalho para o funcionamento dos serviços.

Os problemas urbanos, como habitação precária, segurança pública, fontes para trabalho e renda, colocados há décadas, apenas mudaram de nome e grau de complexidade. No início, eram lutas pela moradia, articuladas pela própria população via ocupação de terras e loteamentos abandonados, ou a compra em centenas de prestações, autoconstrução, mutirões. Com as associações de moradores, constroem-se lutas contra o loteamento clandestino, depois se amplia o repertório das demandas para lutas específicas para conquistar infraestrutura: ruas, asfalto para passar ônibus, posto de saúde, escola, creches etc. Surgem, também, as coalizões regionais, temáticas, e novas formas de organização, como os Coletivos que discutem direito à cidade:

os coletivos feministas, o novo movimento negro, os coletivos anti-proibicionistas, a proliferação de coletivos periféricos, redes de midiativismo periférico que estão denunciando a violência policial, o midiativismo, os advogados ativistas, os movimentos de mães de vítimas de violência policial, os coletivos de arte que estão explorando

outras linguagens e formas políticas, os hackers e aqueles que discutem hoje o problema da segurança na internet, de uma comunicação livre, de uma alimentação livre de veneno, enfim, acho todos esses compõem o que seria essa nova geração política (Fachin, 2017, s. p.).

As ações coletivas em torno das lutas por bens e equipamentos urbanos, dirigidas ao poder público, seguiram trajetórias que partiram de pontos localizados — do bairro para a região e, depois, para a cidade como um todo — construindo redes de articulação e integrando-se a outras redes em diferentes escalas (nacional, regional, internacional etc.). A partir da Constituição de 1988, essas ações produziram inovações e práticas de cidadania e, ao mesmo tempo, contribuíram para modificar o caráter das políticas públicas estatais e as formas de representação da sociedade civil no interior do estado, em um movimento do poder local às Conferências Nacionais das Cidades (ocorreram cinco Conferências entre os anos de 2003 e 2015). Ao observar a linha do tempo construída, conclui-se que ocorreram avanços e conquistas no campo da participação social, a exemplo do Estatuto das Cidades (2001), da criação do Ministério das Cidades, em 2003, e da instituição do Conselho Nacional das Cidades, que integrava a estrutura administrativa da pasta ministerial — elemento central na formulação e na negociação de políticas urbanas. Seguem outras conquistas democráticas: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), em 2005 (Lei n. 11.124); a promoção da campanha Plano Diretor Participativo (2005-2006); a elaboração e proposição da Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei n. 11.445 de janeiro de 2007); a discussão e elaboração do Plano Nacional de Habitação e Interesse Social, em 2010; a discussão e elaboração da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587 de janeiro de 2012); a exigência de Planos Diretores para as Cidades e a criação da Lei do Zoneamento (caso de São Paulo, onde se define o caráter de uso e ocupação de cada área/região); além de outras conquistas para a população, especialmente os setores vulneráveis, tais como a Lei Maria da Penha, para defesa das mulheres, leis sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro nas escolas etc. Mas ocorreram também retrocessos e resistências, especialmente no período de 2018 a 2022, corroborando Laval et al. (2022). Do ponto de vista da gestão democrática das cidades, o período 2017-2022 representou um retrocesso no processo de participação que vinha sendo instituído, uma desdemocratização, nos termos postos por Tilly (2013). Os temas e os problemas urbanos ampliaram-se para muito além de questões de infraestrutura ou bens materiais. A cultura política (Eder, 1992), gerada pelas formas de participação, transformou os espaços urbanos públicos em territórios de disputa e conflitos. Novos paradigmas passaram a embasar as ações coletivas (Touraine, 2006); os

protestos nas ruas, praças ou nas redes *on line* entraram na agenda nacional cotidiana (Jasper, 2016; Della Porta, 2020).

Atualmente, temos diferentes movimentos sociais, organizados segundo uma gama variada de identidades (cor, raça, sexo, idade, gênero, religião, nacionalidade etc.). Além disso, observamos também a elaboração de outros formatos das ações, como Coletivos, ONGs, associações civis, contramovimentos, grupos de empreendedorismo etc. A capacidade de pressionar por políticas públicas também se alterou. Com os protestos, as ruas se tornaram termômetros de avaliação de políticas públicas, mas não só elas: as redes sociais também ganharam espaço na formação e pressão da opinião pública. Nesse contexto, ações do campo progressista, aqueles que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais, têm atuado como força em defesa da democracia. Já as ações conservadoras, advindas dos contramovimentos, não apenas atacam a democracia (Tilly, 2013), como também objetivam destruí-la, paradoxalmente sob a alegação de salvaguardar as liberdades.

Isso tudo ampliou e fragmentou as ações coletivas e seu poder de pressão junto aos poderes. O sujeito coletivo popular, advindo da resistência na década de 1970-80, persiste, mas essas forças estão fragmentadas e enfraquecidas. A quantidade de grupos e frentes de luta pela moradia popular demonstra essa fragmentação, indicando mais: os grupos subdividem-se conforme as orientações políticas e ideológicas das redes às quais se articulam. Podemos agrupar quatro blocos no campo da moradia: (1) os militantes no modelo tradicional (MTST); (2) movimentos e coletivos nas regiões centrais da cidade, ocupando prédios (exemplo: Movimento dos Sem-Teto do Centro); (3) os inscritos nos programas oficiais, federal, estadual ou municipal; e (4) moradores nas ruas, que não são organizados em associações, movimentos ou coletivos e sobrevivem graças ao apoio de inúmeras organizações de fraternidade e solidariedade.

Os mediadores entre a população demandatária e o poder público, nas lutas pela moradia, sempre existiram, mas mudaram ao longo das décadas segundo as metamorfoses da participação (Gohn, 2025). Nas décadas de 1970 e 1980, eram as «assessorias»; atualmente, essas formas de atuação são nomeadas como «ativismo institucional» (Abers, 2021). Na realidade, desde o final da década de 1980, observa-se uma dissociação crescente entre, de um lado, o antigo ativismo nas bases, enraizado nos bairros, apoiado em cartilhas e no método Paulo Freire, voltado a «aprender a fazer leitura da realidade», e, de outro, ações mais pragmáticas dos grupos «progressistas» orientadas à obtenção de ganhos eleitorais, frequentemente modeladas por formas tradicionais de ação coletiva (sindicatos, MST, MTST, movimento dos estudantes «tradicionais», como a UNE,

entre outros). Nessas formas de organização, tendem a predominar estruturas verticalizadas e burocratizadas, herdeiras do corporativismo do Estado brasileiro, com fortes dimensões personalistas centradas em lideranças que se tornam figuras de projeção nacional e baixa renovação nos «quadros» — termo que, não por acaso, faz parte do léxico tradicional. Há, além disso, um distanciamento expressivo entre a organização, os projetos políticos, as ações desses militantes tradicionais e a juventude ativista pós-2013, cuja atuação se organiza, em grande medida, por meio dos Coletivos. Na questão da moradia popular, tem predominado o modelo «militante», na figura do MTST, mas encontramos também coletivos, especialmente em favelas, que transformam a moradia em local de trabalho, com cozinhas comunitárias e grupos de costura, não mais para a autoajuda, mas para gerar emprego e renda.

Nesse atual momento, a polarização do poder político envolve a sociedade, e tudo parece girar em torno do controle do poder: conservadores versus progressistas. E não são blocos uniformes: há grupos, tendências, articulações e interesses dos dois lados. A configuração da cidade vai sendo fruto dessas lutas e confrontos de interesses: as análises transversais quase não existem, o que há são as «bolhas» paradigmáticas que foram se criando.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, conclui-se que o direito à cidade, nos termos de Lefebvre (1968), permanece, em grande medida, como um sonho. A linha do tempo apresentada nos indicou uma sequência de lutas que vai do morar, ter um teto com condições mínimas de sobrevivência, às lutas pela igualdade e respeito à diversidade. O movimento pela moradia ampliou-se e diversificou-se em frentes. No mesmo período, conforme citações anteriores, inúmeras políticas públicas foram formuladas pelo poder público, configurando um terreno de tensão e confronto que envolve a população mobilizada, gestores públicos e diferentes agentes vinculados ao mercado imobiliário. Em São Paulo, por exemplo, mudanças na Lei do Zoneamento realizadas em 2024 pela Câmara Municipal da cidade, alterando o uso e os coeficientes de altura das edificações, a carta geotécnica da cidade (que aponta áreas aptas para a urbanização), favoreciam os construtores e o capital imobiliário em geral. Essas mudanças foram declaradas inconstitucionais em 2026 pelo TJ/SP (Tribunal de Justiça de São Paulo). O julgamento considerou inconstitucionais as alterações e mudanças, destacando especialmente que não houve participação popular qualificada, transparência e planejamento técnico específico. Portanto, apesar das divergências, há a esperança de uma cidade menos desigual

enquanto houver grupos organizados, movimentos e associações, tais como as apresentadas neste artigo, e um poder público ativo e vigilante, atuando como controle pelo interesse da maioria.

Como foi dito acima, os temas e os problemas urbanos ampliaram-se para muito além de questões de infraestrutura ou bens materiais; a cidade ganhou centralidade no modo de vida do conjunto da população. Persistem, portanto, as resistências ao modelo capitalista — resistências reativas e proativas — nas quais o direito à cidade não se limita a ter uma moradia. Amplia-se o foco do morar para o habitar, nos termos de Harvey (2013), incorporando outros direitos e usos urbanos: espaços de lazer e cultura, proteção do meio ambiente, preservação de praças, museus e patrimônios simbólicos (Sanches, 2022), salvaguarda de edifícios históricos, contestação à verticalização, entre outras pautas. Nesse sentido, a «cidade da utopia» segue existindo como resistência, em pontos e com grupos isolados, a despeito das forças do capital que a modela, (re)configura, apaga suas memórias, destrói para reconstruir de forma mais rentável. Harvey assinala

O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados (2013, p. 1).

A necessidade de as cidades cumprirem sua «função social», garantindo justiça social e condições de vida digna para todos(as), passa pela revisão das áreas e espaços ociosos, cobrança de impostos progressivos, regularização fundiária e urbanização das áreas urbanas ocupadas por comunidades em favelas, e por formas de gestão participativa da cidade. Ao longo deste texto, muitas destas formas foram citadas, nas lutas empreendidas pela população para morar e viver com dignidade. E o movimento pela moradia tem centralidade nestas lutas. Pesquisas sobre a habitação e a moradia, ao longo de linhas do tempo, em outros países da América Latina, serão muito bemvindas, para análises comparativas sobre seus repertórios, formas de organização, movimentos, associações, e o papel das agências e agentes públicos. As pesquisas e seus resultados, além dos registros e memórias, criam material fundamental para a formulação de políticas públicas que combatam todo tipo de desigualdades, e criem condições para o desenvolvimento de práticas democráticas.

Contribución de autoría

Maria da Glória Gohn cumplicó con todas las fases CRediT.

Fuente de financiamiento

CNPq-Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Brasil.

Potenciales conflictos de interés

Ninguno.

Declaración de uso de IA

La autora declara que en la elaboración de este manuscrito no se usó ninguna IA generativa.

Agradecimientos

CNPq.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abers, R. (Org.). (2021). *Ativismo institucional. Criatividade e luta na burocracia brasileira*. UnB.
- Avritzer, L. e Souza, C. H. L. (2013). *Conferências nacionais. Atores, dinâmicas participativas e efetividade*. Ipea.
- Castells, M. (1972). *La Question Urbana*. Siglo XXI.
- Castells, M. (1973). *Luttes urbaines et pouvoir politique*. Librairie François Maspero.
- Castells, M. (1974). *Movimientos Sociales Urbanos*. Siglo XXI.
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. Paz e Terra.
- Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU). (2012). *Relatório Geral do Programa de Atuação em Cortiços*. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria da Habitação. São Paulo: Brasil. <https://stor.cdhu.sp.gov.br/sites-portais/publico/DOCUMENTOS/publicacoes/livros-cartilhas-regulamentos/Programa%20de%20Atuacao%20de%20Cortico.pdf>
- Daniel, C. (1988). Poder local no Brasil urbano. *Revista Espaços & Debates São Paulo: Cortez*, 24, 26-39.
- Della Porta, D. (2020). Capitalismo, clase y protesta. *Diálogo Global*, 10(1), 47-50. <https://globaldialogue.isa-sociology.org/articles/capitalism-class-contention>
- Diani, M. (1992). The Concept of social movement. *The Sociological Review*, 40(1), 1-25. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.1467-954X.1992.tb02943.x>
- Eder, K. (1992). Culture and Politics: On the Sociocultural Analysis of Political Participation. Em A. Honneth, T. McCarthy, C. Offe e A. Wellmer (eds.), *Cultural Political Interventions in the Unfinished Project of Enlightenment* (pp. 95-120). MIT.
- Evers, T. (1981). De costas para o Estado e longe do Parlamento. *Novos Estudos Cebrap*, 2(1), 25-39.
- Fachin, P. (2017). Movimentos tradicionais, autonomistas e um novo ciclo de lutas no Brasil. Entrevista especial com Alana Moraes. <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/567067-movimentos-tradicionais-autonomistas-e-um-novo-ciclo-de-lutas-no-brasil-entrevista-especial-com-alana-moraes>
- Fernandes, B. M. (2012). Movimentos Socioterritoriais e Movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista NERA*, 6, 24-34. <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>

- Fischer, T. (1992). Poder local: um tema em análise. *Revista de Administração Pública*, 4, 105-113. <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/8734>
- Galvão, A. (2011). Marxismo e movimentos sociais. *Crítica Marxista*, 18(32), 107-126. <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19361>
- Gohn, M. G. (1982). *Reivindicações Populares Urbanas*. Cortez.
- Gohn, M. G. (1985). *A força da periferia. A luta das mulheres por creches em São Paulo*. Vozes.
- Gohn, M. G. (1991). *Movimentos sociais e luta pela moradia*. Loyola.
- Gohn, M. G. (1997). *Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. (14.^a ed.). Loyola.
- Gohn, M. G. (2010). *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Vozes.
- Gohn, M. G. (2011). Pluralidade da representação na América Latina. *Revista Sociedade e Estado*, 29(1), 73-90. <https://www.scielo.br/j/se/a/tn6d68fJKj8MC93BnrbgMyc/?lang=pt>
- Gohn, M. G. (2014). *Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica*. (4.^a ed.). Cortez.
- Gohn, M. G. (2015). *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo*. (2.^a ed.). Vozes.
- Gohn, M. G. (2017). *Manifestações e Protestos no Brasil. Correntes e Contracorrentes na Atualidade*. Cortez.
- Gohn, M. G. (2019). *Participação e democracia no Brasil. Da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Vozes.
- Gohn, M. G. (2022). *Ativismos No Brasil. Movimentos Sociais, Coletivos e Organizações Sociais Civis. Como impactam e por que importam?* Vozes.
- Gohn, M. G. (2025). *Metamorfoses da Participação no Brasil. Coletivos Periféricos Urbanos, Povos Indígenas, Juventudes Autonomistas e Conselho de Participação Social da República*. Vozes.
- Harvey, D. (2003). The Right to the City. *International Journal of Urban and Regional Research*, 27(4), 939-941. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.0309-1317.2003.00492.x>
- Harvey, D. (2013). O direito à cidade. [I. M. Lando, trad.]. *Piauí*, 82. <https://afranio.org.br/wp-content/uploads/2013/07/David-Harvey.pdf>
- Jasper, J. M. (2016). *Protesto. Uma introdução aos movimentos sociais*. Zahr.
- Lavalle, A. G., Tatagiba, L., Avritzer, L., Almeida, C. e Silva, M. K. (2022). *Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências*. Zouk.

- Kowarick, L. (1980). *A Espoliação Urbana*. Paz e Terra.
- Lefebvre, H. (1968). *Le droit a la ville*. Anthropos.
- Lefebvre, H. (1991). *The Production of Space*. Blackwell Publishers.
- Lüchmann, L. (2007). A representação no interior das experiências de participação. *Lua Nova*, 70, 139-170. https://www.redalyc.org/pdf/673/Resumenes/Resumo_67307007_5.pdf
- Maricato, E. (2015). *Para entender a crise urbana*. Expressão Popular.
- Marques, M. S. e Marx, V. (2020). *Os coletivos em cena: algumas contribuições para o debate*. *Simbiótica*, 7(3), 8-32. <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/es/article/view/33691>
- Melucci, A. (1980). The new social movements: A theoretical approach. *Social Science Information*, 19(2), 199-226.
- Melucci, A. (1996). *Challenging codes. Collective action in the information age*. Cambridge University Press.
- Melucci, A. (2001). *A invenção do presente. Movimentos sociais, nas sociedades complexas*. Vozes.
- Nobre, M. (2022). *Limites da democracia. De junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. Todavia.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2017). Diretrizes sobre manifestações e protestos públicos. https://acnudh.org/wp-content/uploads/2018/02/Diretrizes_Portugu%C3%AAs_vers%C3%A3o-online.pdf
- Paiva, A. R., Lima Neto, F. e Sanches, T. (2023). *Movimentos e coletivos sociais. Categorias em disputa*. Numa.
- Perez, O. C. (2019). Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública*, 25(3), 77-96.
- Sader, E. (1988). *Quando Novos Personagens entram em cena*. Brasiliense.
- Sanches, T. (2022). *Lutas por moradia e reconhecimento espacial em Londres e no Rio de Janeiro*. Appris.
- Santos, M. (1996). *A Natureza do Espaço*. Hucitec.
- Silva, C. A. (2002). Os fóruns temáticos da sociedade civil: um estudo sobre o Fórum Nacional de Reforma Urbana. Em E. Dagnino (org.), *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Paz e Terra.
- Souza, C. (2005). Sistema brasileiro de governança local: inovações institucionais e sustentabilidade. Em C. Lubambo, D. B. Coelho e M. A. Melo, *A Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo*. Vozes.

- Tarrow, S. (1994). *Power in Movement*. Cambridge University Press.
- Tavolaro, B. (2016). Direito à cidade: uma trajetória conceitual. *Novos Estudos*, 104, 93-109. https://www.ser.puc-rio.br/3_Direito_a_Cidade_TAVOLARI_Bianca.pdf
- Tilly, C. (1995). Repertoires in Great Britain, 1758-1834. Em M. Traugott (org.), *Repertoires and cycles of collective action* (pp. 15-42). Duke University Press.
- Tilly, C. (1999). *Durable Inequality*. University of California Press.
- Tilly, C. (2013). *Democracia*. Vozes.
- Trindade, T. A. (2012). Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. *Lua Nova*, 87, 139-165. <https://www.scielo.br/j/ln/a/jwkcWk7t-fGHXfHLR85fKPcL/abstract/?lang=pt>
- Touraine, A. (1973). *Production de la société*. Seuil.
- Touraine, A. (1984). *Le Retour de l'Acteur*. Fayard.
- Touraine, A. (2006). *Um novo paradigma. Para compreender o mundo hoje*. Vozes.

Maria da Glória Gohn é Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, Pós-doutorado em Sociologia New School of University (Nova York). Bolsista Fundação Rockfeller (Belágio, Itália) e Unesco no Chile. Estágios em Oxford University (UK) e na Columbia University (USA). Professora titular da UNICAMP e Visitante na UFABC. Pesquisadora PQ 1A do CNPq. Publicou artigos no Brasil e exterior e 23 livros de autoria individual. Prêmio Florestan Fernandes em 2023 pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Recepción: 10/4/2026
Aceptación: 27/8/2026